

ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL DA UNIDAS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

UNIDAS S.A., sociedade com sede na Rua da Consolação, nº 347, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.437.534/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S/A DTVM, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), aqui representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar esta "Escritura Particular da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única de Emissão da Unidas S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 08 de julho de 2008 ("AGE"), que será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI – Diário Comércio Indústria e Serviços, e do Contrato de Empréstimo e Aditamentos ("Contrato de Empréstimo") celebrados entre a **SAG GEST – SOLUÇÕES AUTOMÓVEL GLOBAIS, SGPS, SA., SOCIEDADE ABERTA**, empresa devidamente constituída sob as leis de Portugal, com sede na Estrada de Alfragide, 67, 2614-519 Amadora, Portugal, inscrita na Conservatória do Registro Comercial da Amadora sob o nº 503 219 886, com o mesmo número de pessoa colectiva ("SAG GEST") e a Emissora em 6 de março e 2 de junho de 2008, respectivamente.

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A emissão das Debêntures ("Emissão") para distribuição pública ("Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

2.1.1 A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão, referida no item 1.1 acima, será arquivada na JUCESP e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "DCI – Diário Comércio Indústria e Serviços".

2.2. Arquivamento da Escritura



A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetidos para tais arquivamentos dentro de 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.385/76”), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 23 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID”), sendo a efetivação de tal registro de responsabilidade exclusiva do Coordenador Líder (conforme abaixo definido) da Oferta.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) respectivamente através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), ambos os sistemas, desde 01 de julho de 2008, administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) através do Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP (“Bovespa”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

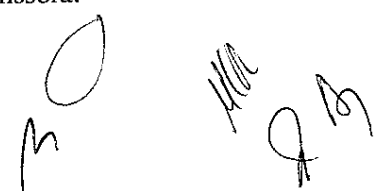
3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o art. 2º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto (a) a locação de veículos automotores e equipamentos e a prestação de serviços correlatos e derivados; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso, sob licença ou sublicenciamento, de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas e seus correlatos e derivados, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transportes; e (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a primeira distribuição pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão



O valor da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

3.5. Número de Séries

A Emissão é realizada em série única.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) pagamento de dívidas de curto prazo no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (ii) aquisição de veículos novos e capital de giro, ambos, em conjunto, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sem solidariedade entre eles, observados os termos e condições estipulados no “*Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da Unidas S.A.*”, (“Contrato de Colocação”), a ser celebrado entre a Emissora, o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA” ou “Coordenador Líder”); o Banco UBS Pactual S.A. (“UBS Pactual”), o Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), o BANIF Banco de Investimento (Brasil) S.A. (“BANIF”), e a HSBC Corretora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. (“HSBC” e, em conjunto com o Itaú BBA, o UBS Pactual, o Banco ABC, e o BANIF os “Coordenadores”).

3.7.2. Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição descrito abaixo em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do prospecto preliminar (“Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (“Prospecto Definitivo” e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, mas anteriormente ao registro da distribuição das Debêntures, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (“roadshow”), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, durante os quais serão distribuídas versões do Prospecto Preliminar;
- (ii) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, serão recebidas as ordens dos investidores, feita a alocação dos mesmos até o Valor da Emissão e, então, será publicado o respectivo Anúncio de Início;
- (iii) não existirão lotes máximos ou mínimos de subscrição das Debêntures;

- (iv) não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures;
- (v) não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures;
- (vi) não será firmado contrato de estabilização de preços das Debêntures; e
- (vii) serão atendidos, prioritariamente, investidores institucionais, tais como fundos mútuos, fundos de pensão, seguradoras e *hedge funds*.

3.7.3. A colocação pública das Debêntures somente terá início, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400, após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

3.8. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e a instituição depositária da Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, se o caso, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.1.4. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional.

4.1.5. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de junho de 2008 ("Data de Emissão").

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula V abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.2.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será correspondente à variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, "extra grupo" ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário da Debênture, não amortizado, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDI_k	Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Onde

spread spread ou sobretaxa de 2,75% ao ano;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações

financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, conforme o caso.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.2.5. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada publicamente.

4.3. Condições de Subscrição, Integralização e Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, de acordo com o item 4.3.2 abaixo ("Preço de Subscrição").

4.3.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

4.3.2.1. O montante correspondente a 100% dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será depositado em conta corrente aberta pela Emissora junto do Banco Itaú S.A. ("Conta Garantia"), a ser movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, sendo que os recursos apenas serão liberados à Emissora em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada, conforme cláusula 4.4 abaixo.

4.3.3. Forma e Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLIC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLIC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

4.3.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros

ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLIC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.5. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora calculado *pro rata temporis* à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.3.8. Amortização Programada: As debêntures serão amortizadas em 07 (sete) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias, 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de junho de 2009 (cada uma, uma “Data de Amortização”), nos percentuais e valores que se seguem:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário</i>	<i>Valor amortizado por Debênture</i>
1º de junho de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2012	14,290%	R\$1.429,00

4.3.9. Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga semestralmente todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

4.4 Garantia

4.4.1. Garantia Adicional: A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretroatável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças (“Obrigações Garantidas e Contrato de Alienação”) estiverem vigentes, a manter uma

quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme definido na Cláusula 1.5. do Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, nos termos do Contrato de Alienação, apurado trimestralmente, a partir da Data de Emissão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação. A Emissora obriga-se durante a vigência desta Escritura e do Contrato de Alienação a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de Avaliação (conforme definido abaixo) inferior ao percentual referido nesta cláusula e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia.

4.4.2. O registro da garantia no sistema nacional de gravames será solicitado pelo Agente Fiduciário, e o registro na repartição competente para o licenciamento será realizado pela Emissora. A verificação, pelo Agente Fiduciário da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos 25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação, conforme previsto na Cláusula 1.6. do referido contrato.

4.5. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora nesta data é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

4.6. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.7. Resgate Antecipado Facultativo

4.7.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir de 1º de junho de 2010, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante: (i) a deliberação do Conselho de Administração da Emissora, e (ii) enviar comunicação escrita ao Agente Fiduciário nos termos da cláusula 10.6, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data do resgate antecipado facultativo, informando a data ("Data do Resgate") e o procedimento de resgate, descrito abaixo.

4.7.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data do Resgate, (ii) valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Reembolso"):

$$\text{Prêmio de Reembolso (\%)} = \frac{Px(DD)}{(TCD)}$$

Onde:

P = 1,0% (um inteiro por cento);

DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e

TCD = nº total de dias corridos desde 1º de junho de 2010 até a Data de Vencimento.

4.7.3. Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) dias úteis posteriores ao envio da comunicação escrita ao Agente Fiduciário, os Debenturistas poderão se habilitar ao resgate das Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Emissora deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto do resgate antecipado serão extintas por ocasião deste por meio de cancelamento.

4.7.3.1. A habilitação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante comunicação formal ao Agente Fiduciário, nos termos do item 4.10 adiante, indicando-se o número de Debêntures que se pretenda objeto do resgate, apresentando-se demonstrativo de titularidade das Debêntures nos termos do item 4.1.3.

4.7.3.2. Para as Debêntures registradas no SND, o resgate parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP, mas na presença do Agente Fiduciário. Para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no Bovespa Fix, se o caso, observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

4.8. Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário divulgado nos termos da Cláusula 4.7.1. acima, (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo:

(i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;

(iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.7.2. acima; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.9. Aquisição Facultativa

4.9.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.9.1.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.9.1.2. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

4.10. Publicidade

4.10.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no “DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços” (publicado na cidade de São Paulo), bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.unidas.com.br), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que serão que serão publicados na Edição nacional do jornal “Valor Econômico”.

4.10.2. Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos contados da data da publicação do aviso ou anúncio. A Emissora poderá alterar o(s) jornal(is) referido(s) no item 4.10.1. acima por outro(s)

jornal(is) de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s).

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os termos e condições desta Cláusula V, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de um dia útil de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* não financeiros) relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos 02 (dois) o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ou no Contrato de Colocação;
- (d) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão;
- (e) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais),
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (g) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 02 (dois) dias úteis, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações financeiras em montante individual ou total igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de Oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo

obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;

- (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Emissora em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora;
- (l) o Contrato de Alienação (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação, desde que o objeto da alienação não seja substituído pela Emissora nos termos e prazos previstos na cláusula 6.1.5 do Contrato de Alienação; (ii) não for constituído; (iii) for anulado, sem que um novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- (m) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas;
- (n) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta da parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures,
- (o) a transferência do controle acionário, direto ou indireto da Emissora, exceto se: (i) para pessoas ou partes relacionadas do atual grupo de controle; ou, (ii) se houver aprovação prévia dos Debenturistas, em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à transferência de controle acionário;
- (p) a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação;
- (q) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos previstos no Contrato de Alienação no presente ou no futuro, da Emissora, exceto: (i) aqueles destinados a penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se

contestados em boa-fé pela Emissora, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final;

- (r) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (s) alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) a capitalização da Emissora, (ii) investimentos na atividade produtiva da Emissora, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado, levando-se em conta o ativo da Emissora no último exercício social;
- (t) não cumprimento, pela Emissora, durante a vigência das Debêntures, dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a (a) 3,25 (três vírgula e vinte e cinco) a partir publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2009 até a publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2010; e (b) 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) a partir da publicação das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao período terminado em 31 de março de 2011 até a Data de Vencimento;
 - (ii) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pela soma do EBITDA e do Valor Total da Frota Desonerada (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco);
 - (iii) o índice obtido da divisão do Valor Total da Frota (conforme definido abaixo) pela Dívida Financeira Líquida não deverá ser inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
 - (iv) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,5 (um vírgula cinco); e

Onde:

“Dívida Financeira Líquida”: significa o endividamento oneroso total (composto por “Empréstimos e Financiamentos” (no “Passivo Circulante” e no “Passivo não Circulante”) e Eurobônus (no “Passivo Circulante” e no “Passivo não Circulante”)), menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes, sendo certo que a dívida referente ao Contrato de Empréstimo não será considerada como endividamento oneroso para a Emissora;

“EBITDA”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortizações e depreciações ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

“Valor Total da Frota Desonerada”: significa a parte do Valor Total da Frota que não foi objeto de alienação fiduciária, em garantia de operações financeiras ;

“Valor Total da Frota”: significa a parcela do imobilizado da Emissora correspondente ao “Valor Líquido de Veículos”, acrescida dos “Bens do Imobilizado Não Destinados a Uso”; e,

“Patrimônio Líquido”: significa o “Capital Social”, adição de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, “Reserva de Capital”, “Reserva de Lucros” e “Lucros Acumulados”.

- (u) o pagamento antecipado do Contrato de Empréstimo, definido na cláusula I acima, antes da Data do Vencimento, exceto em caso de oferta de ações da Emissora.

5.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado indicados nas alíneas (a), (d), (e), (g), (h), (j), (k), (l), (m), (o), (p), (q), (u), acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

5.3. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos de vencimento antecipado acima, o Agente Fiduciário deverá convocar a AGD no primeiro Dia Útil subsequente à data de conhecimento da respectiva ocorrência. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

5.4. Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembléia Geral de Debenturistas, seja na primeira ou na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido do Rendimento aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros;
 - (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, e declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros;

- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos;
- (d) até 3 (três) dias úteis após a data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das Assembleias Gerais, Reuniões de Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal que forem objeto de publicação;
- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) dias úteis da data em que forem publicados;
- (f) em até 3 (três) dias úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, observados os termos das Instruções CVM nºs 358 e 400;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, que possa resultar em um Efeito Relevante Adverso, que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou de suas controladas, consideradas como um todo ("Efeito Relevante Adverso");
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas dos Debenturistas) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (iv) convocar, nos termos do item 8.1 desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia;

- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (ix) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às expensas da Emissora, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações que não estejam em consonância com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento;
- (xiii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xiv) não reduzir o capital, a não ser com o objetivo de absorver prejuízos, não promover o resgate ou amortização de ações, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora;
- (xv) tomar as medidas necessárias para:
 - (a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças, alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e/ou de suas controladas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais;
 - (b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;
 - (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e

comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso;

- (d) estender as medidas listadas nos itens "a" e "c" acima para as sociedades sob seu controle.
- (xvi) manter contratada, às suas expensas, agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a integral liquidação destas, fornecendo cópia ao Agente Fiduciário e dando ampla divulgação ao mercado, das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 10 (dez) dias após sua divulgação;
- (xvii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (xviii) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente seguros, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas;
- (xix) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (xx) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.6 acima; e
- (xxi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devida a primeira na data da assinatura da Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subseqüentes;
- (b) Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii)

implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas;

- (c) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (d) a remuneração prevista nos itens “a” e “b” anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) as parcelas referentes aos itens “a” e “b” serão atualizadas, anualmente, de acordo com o IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;
- (f) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de AGD, da ata da AGD, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário;
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo [IGP-M]; e
- (h) as remunerações serão acrescidas dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, tais como: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 50,0% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme o disposto no item 7.3.6 abaixo.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações

nas condições das Debêntures, se for o caso;

- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e oficiais de registros públicos certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até dois dias subseqüentes da data de encerramento da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da AGD;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea “l” do item 5.1 acima, explicando as rubricas necessárias à sua aprovação pelos Debenturistas;
 - (m.5) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.6) resgate, amortização e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 5.1

“t” pela Emissora;

- (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (m.11) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das debêntures.
- (n) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) no SND; e
 - (n.5) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, observado o disposto no item 7.6 abaixo, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “n” acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CBLC e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, se possível, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à BVSP, à CETIP e à CBLC e ao Banco Central do Brasil;
- (s) Examinar qualquer alteração do estatuto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (t) verificar trimestralmente o atendimento dos índices financeiros previstos no item 5.1 “t” e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (u) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1 (xvi), bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o envio pela Emissora;

- (v) assistir a Emissora nos procedimentos relativos ao resgate parcial das Debêntures e coordenar o sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (w) fornecer à Emissora, mediante solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. Observadas às disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme o disposto no item 5.1 e 5.2 acima;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva AGD quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 7.6.1 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos contados da solicitação de pagamento, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco

da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitado o limite acordado com a Emissora; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a elas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

8.1 Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei de Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data de sua realização. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2 Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorum* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de suas controladoras (ou grupo de controle), suas controladas diretas ou indiretas, e/ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle) incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais.

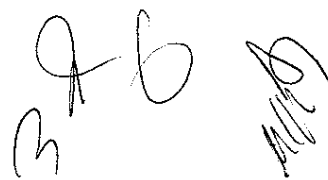
8.4.2. Observado o disposto neste item 8.4, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

8.4.3. As alterações na Remuneração, garantias, prazos de vencimento, repactuação, resgate antecipado, amortização, quorum de deliberação das Debêntures ou cláusulas de vencimento antecipado, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme §3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM;



- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (k) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento; e
- (m) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são verdadeiras, consistentes e suficientes;
- (f) cada um dos Prospectos terá, na sua respectiva data de publicação: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e/ou suas controladas no contexto da Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e/ou suas controladas,

de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e obrigações em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e/ou suas controladas, necessárias para que os investidores possam formar a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;

- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora e/ou controladas, expressas nos Prospectos, foram dadas de forma correta e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há outros fatos com relação à Emissora, e/ou suas controladas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração da Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou suas controladas, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou suas controladas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora e/ou suas controladas possuem as concessões, licenças, permissões, alvarás e autorizações expedidas por todas as autoridades competentes, necessárias para conduzir seu negócio conforme descrito nos Prospectos; e a Emissora e/ou suas controladas não receberam nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão, licença, permissão, alvará ou autorização que, conjunta ou individualmente, se for o objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável sobre a Emissora e/ou suas controladas, a não ser conforme descrito nos Prospectos;
- (k) exceto com relação a demonstrações financeiras *pro forma* constantes dos Prospectos, as demonstrações financeiras constantes dos Prospectos representam corretamente a posição financeira da Emissora e/ou suas controladas nas datas de sua elaboração e foram devidamente preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) tanto a Emissora quanto suas controladas, em seu melhor conhecimento, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis e relevantes à condução e realização de seus negócios, exceto conforme informado nos Prospectos;
- (m) não existem processos judiciais ou administrativos ou arbitrais relevantes pendentes nos quais a Emissora e/ou suas controladas sejam parte ou aos quais os seus bens estejam sujeitos, que não estejam descritos nos Prospectos e a Emissora não tem conhecimento de nenhum processo iminente a ser contra ela e/ou suas controladas ajuizado ou com relação a

qualquer um de seus bens ou dos bens das suas controladas que possam afetá-las de forma relevante;

- (n) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas sejam parte ou pelo qual ela ou qualquer de seus bens estejam obrigados, exceto conforme descrito nos Prospectos; e
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.
- (p) a SAG GEST procedeu a um aporte de recursos na Emissora no valor total de R\$98.940.999,59 (noventa e oito milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$49.501.508,40 (quarenta e nove milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e oito reais e quarenta centavos) por meio de um aumento de capital realizado em 05 de março de 2008, e R\$ R\$49.439.491,19 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e dezenove centavos) por meio da celebração do Contrato de Empréstimo e seu Aditivo, conforme definido na cláusula I acima.;
- (q) nos termos do Contrato de Empréstimo e seu Aditivo, conforme definido na cláusula I. acima, todo e qualquer valor do saldo devedor deverá ser pago pela Emissora à SAG GEST após a Data de Vencimento, ficando assim o seu pagamento subordinado ao pagamento integral das Debêntures, com possibilidade de liquidação antecipada em caso de Oferta de Ações da Emissora.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Disposições Gerais

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.3. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações financeiras constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da Data de Emissão das Debêntures. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV, a qual será regida por seus termos específicos.

10.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão, dos Contratos de Garantia, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Comunicações

10.6.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

UNIDAS S.A.

Rua Cincinato Braga, nº 340 – 7º Andar
CEP: 01333-010 - São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Eduardo Malagoni - Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3147-5778
Fac-símile: (11) 3147-5713
Correio Eletrônico: ri@unidas.com.br

Para o Agente Fiduciário

PENTÁGONO S/A DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514
CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ
At. Sr.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4546
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mrbeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador

Banco Itaú S.A.

At. Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-1809
Fac-símile: (11) 5029-1920
Correio Eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Administradora do sistema de negociação

Para a CETIP:

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação
SND – Sistema Nacional de Debêntures

Rua Líbero Badaró, 425 – 24º andar
São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3111-1400 / 1596 / 3365-4925
Fac-símile: (11) 3111-1563 / 1564

Para a Bovespa/BovespaFix/SomaFix:
Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa
Rua XV de Novembro, 275
São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3233-2222
Fac-símile: (11) 3233-2061

Câmara de Liquidação

Para a CETIP:
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Rua Líbero Badaró, 425 – 24º andar
São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1563 / 1564

10.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.7. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 08 de julho de 2008.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco.
segue página de assinatura]

UNIDAS S.A.

Julio Cesar

Nome:
Cargo:

Jonio Lemos
Gerente Executivo

[Signature]

Nome:
Cargo:

Ends Equiloco Valagom
CPF 146.330.328-05

M 6 *[Signature]*

PENTÁGONO S/ADTM

Marcelo Ribeiro
Nome: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: PROCURADOR

M O Q B

Testemunhas:

Nome: Marcelo Francisco Bonetto
ID: RG 14.600.606-9 SSP/SP

Nome: Guilherme Franceschi Gonçalves
ID: RG 33.127.450-2 - SSP/SP

